



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 00600-00004091/2020-36-e.

Jurisdicionada: Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal – IGESDF.

Assunto: Representação.

Ementa:

- Representação nº 45/2020 – CF ofertada pelo Ministério Público de Contas versando sobre contratações celebradas pelo IGESDF para soluções de informática, publicidade e telemedicina (peça 3);
- **Fase atual:** Análise de admissibilidade da peça inaugural;
- Corpo Técnico (peça 18): Pelo conhecimento da Representação. Oitiva da jurisdicionada e das sociedades empresárias interessadas;
- **VOTO** convergente.

RELATÓRIO/VOTO

Cuidam os autos da Representação nº 45/2020 – CF ofertada pelo Ministério Público de Contas versando sobre contratações celebradas pelo IGESDF para soluções de informática, publicidade e telemedicina (peça 11).

Transcrevo abaixo, com ajuste de forma, parte da Informação nº 72/2020 – DIASP3 elaborada pelo zeloso Órgão Técnico (peça 18), *in litteris*:

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTCDF) (e-DOC 079ED1BC, peça 11), acerca de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.

2. *A Representante noticia dois contratos celebrados entre o IGESDF e particulares. O primeiro é o Contrato 032/2020, celebrado com a Smart 7 Digital Ltda.- ME, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00 (hum milhão e quinhentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid-19.*

3. *De acordo com a Representante, foram obtidos, na página eletrônica do IGESDF na rede mundial de computadores (Internet), dados sobre a plataforma contratada. Segundo consta, a ferramenta consiste no uso de duas assistentes virtuais, denominadas Ana e*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Gabriela. Ao enviar uma mensagem pelo aplicativo de mensagens WhatsApp para o terminal (61) 99819-6599, o cidadão é atendido pela Ana e relata os sintomas antes de se dirigir para uma unidade de saúde ou para a unidade móvel de testagem rápida. Após, se o caso for considerado de atenção, segundo critérios definidos pelo IGESDF, o atendimento é direcionado para um analista, etapa em que o usuário poderá relatar melhor a sua situação e, se for o caso, será direcionado para uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de sua região ou para o Serviço Móvel de Urgência (SAMU).

4. A robô Ana fornece, também, informações gerais sobre a Covid-19, esclarecendo dúvidas sobre como a infecção pelo vírus ocorre, como se prevenir, quais os principais sintomas, se já existe uma cura, entre outras questões.

5. A assistente Gabriela faz o acompanhamento apenas dos pacientes já diagnosticados com a Covid-19 e liberados para isolamento domiciliar. Ela contacta os pacientes, também via WhatsApp, pelo número informado no prontuário e acompanha a evolução do quadro de saúde, mediante perguntas diárias, de modo a permitir que o IGESDF e o sistema de saúde pública possam contribuir e auxiliar o paciente que passa por tratamento em casa.

6. Ainda segundo dados do sítio eletrônico, a plataforma digital permite a captação de dados epidemiológicos que deverão respaldar as tomadas de decisões em cada uma das regionais de saúde, de acordo com dados de cada região administrativa.

7. A Representante chamou a atenção para o fato de que muitas das soluções visadas no Contrato 032/2020 já são objeto de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, por entes públicos e privados gratuitamente. Citou o Telecovid, disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do IGESDF, onde se vê dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes, vídeos, amplamente propalados pela mídia.

8. Ponderou que o objeto do contrato apresenta um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstre qualquer especialidade nessa área, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste.

9. Argumentou que o estado de Pernambuco e o município de Recife adotaram soluções semelhantes, com custo dez vezes menor do que o contratado pelo IGESDF, utilizando-se de um contrato preexistente (fábrica de software), com a adição da plataforma/aplicativo.

10. Pontuou outra iniciativa, também do estado de Pernambuco, denominada de "CheckCorona", acessível gratuitamente à população pela Internet, com objetivo de evitar que as pessoas saiam de casa para ir a hospitais sem necessidade.

11. O segundo Contrato, 051/2020, celebrado com a sociedade empresária Fértil Comunicação e Marketing Ltda., possui vigência de 12 (doze) meses, com previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

12. *Sobre essa avença, a Representante questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato 032/2020, bem como apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador de serviço contratado pelo IGESDF, em valor inferior, para objeto semelhante¹.*

13. *Por fim, a Representante pediu que:*

1) *a Corte de Contas ouça o Diretor-Presidente do IGESDF para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente:*

a) *toda a documentação correlata relacionada com os contratos em tela;*

b) *toda a documentação relacionada, também, com a celebração de contrato de publicidade para o IGESDF;*

2) *o Diretor-Presidente do IGESDF apresente, em 05 dias, se quiser, justificativa para a escolha da Smart 7, os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa Fértil, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar ao menos parte do objeto do ajuste debaixo desse contrato, sem novos ônus*

3) *autorize, na sequência, que os fatos sejam analisados pelo Corpo Técnico, Núcleo de Tecnologia da Informação, com a urgência que o caso requer.*

(...)

4. DA CONCLUSÃO DESCRITIVA

A Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTCD) (e-DOC 079ED1BC, peça 11) trata de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo IGESDF, para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.

2. *Merece nota que a fiscalização da irregularidade mencionada na Representação é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, incisos VII, X, XIV da Lei Complementar 1/94 - Lei Orgânica do TCDF⁴.*

3. *O IGESDF, embora possua personalidade jurídica de direito privado, está sob a jurisdição desta Corte de Contas, consoante os dispositivos legais supramencionados, haja vista que essa entidade gerencia recursos públicos, em consequência do contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal por intermédio da SES/DF.*

4. *Outrossim, a Lei Distrital 5.899/2017, que criou o Instituto, estabelece que esta Corte de Contas possui a competência de fiscalizar a execução do contrato de gestão, conforme a seguir:*

Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde supervisionar a gestão do IHBDF, observadas as seguintes normas e disposições:

(...)

¹ "contratação de empresa especializada em assessoria de comunicação, identidade visual, planejamento de comunicação, desenvolvimento de campanhas, gestão de redes sociais, publicidade digital e desenvolvimento de web."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

III - o contrato de gestão deve observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, e deve especificar o programa de trabalho proposto pelo IHBDF, estipular as metas a ser atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a ser utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade, atendendo ao quadro epidemiológico e nosológico do Distrito Federal e respeitando as características e a especificidade da entidade;

(...)

VI - a execução do contrato de gestão é supervisionada pela Secretaria de Estado de Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, que verifica, especialmente, a legalidade, a legitimidade, a operacionalidade e a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades e na consequente aplicação dos recursos repassados, com base nos critérios referidos no inciso III;

5. Em suma, a Exordial alegou que foram feitas duas contratações pelo IGESDF, sendo a primeira um misto de publicidade e telemedicina, e a segunda de publicidade que poderia ser integrada no todo ou em parte à primeira, além de questionar a falta de justificativa para os preços contratados.

6. Percebem-se indícios de opção por contratações de ferramentas e soluções mais onerosas, duplicidade de esforços e sobreposição de atividades estatais, com ineficiência do gasto público e consequente maior custo para a sociedade.

7. Assim, a Representação formulada pelo MPJTCDF (e-DOC 079ED1BC, peça 11) pode ser conhecida pelo Plenário e autorizada a oitiva do IGESDF e das empresas beneficiadas com as contratações.

8. Por fim, ressalte-se que foi recebida Denúncia na Ouvidoria do MPJTCDF (e-DOC 91F07C6F, peça 14), encaminhada por via do Ofício 429/2020-GPCF (e-DOC 26EDBD6B, peça 15), versando sobre a contratação de serviços de publicidade pelo IGESDF, cuja matéria foi tratada na Representação ora em análise.

5. DAS SUGESTÕES

9. Diante do exposto sugere-se o encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Relator que vier a ser designado, com vistas a adoção das seguintes medidas:

I. tomar conhecimento da Representação 45/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (e-DOC 079ED1BC, peça 11);

II. determinar, com esteio no art. 123, § 3º, c/c art. 230, § 7º, do RITCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na Representação 45/2020-CF, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;

III. conceder igual prazo para que as sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda.- ME, CNPJ 19.416.207/0001-70 e Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca da Exordial;

IV. Autorizar:

a) o encaminhamento de cópia do Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e às sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda.- ME e Fértil Comunicação e Marketing Ltda.;

b) o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da Representação.”

Feito o relato do que importa, passo a examinar a matéria.

Ao compulsar o feito, no que se refere aos requisitos para a admissibilidade da Representação em voga, verifico o atendimento dos pressupostos previstos no art. 230 do RI/TCDF.

Desse modo, o conhecimento da exordial pelo c. Colegiado é medida que se impõe.

Ademais, faz-se necessário dar conhecimento da peça processual em análise à Jurisdicionada, bem assim às sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda.- ME e Fértil Comunicação e Marketing Ltda. com vistas à apresentação de esclarecimentos que entenderem pertinentes.

Diante do exposto, em harmonia com o Corpo Técnico, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento da Representação nº 45/2020-CF, formulada pela Ministério Público de Contas (peça 11);

II. determine, com esteio no art. 123, § 3º, c/c art. 230, § 7º, do RITCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na peça inaugural, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;

III. conceda igual prazo para que as sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda. - ME, CNPJ 19.416.207/0001-70, e Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, se assim desejarem, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca da exordial;

IV. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia do Relatório/Voto, da Representação do *Parquet* especial e da Decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), bem assim às sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda. - ME e Fértil Comunicação e Marketing Ltda. para subsidiar o cumprimento dos item II e III retro;
- b) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2020.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator